



## RELATÓRIO DE VIAGEM

**Deputado: PAULO PIMENTA**

**Período da viagem: 30 e 31 de maio e 1º de junho 2015**

**Cidade de Origem da viagem: BRASÍLIA**

**Cidades de Destino da viagem: Campo Grande e Dourados, Mato Grosso do Sul**

**Finalidade:** Participar, em nome da Câmara dos Deputados e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de visita a acampamentos e terras indígenas Guarani-Kaiowá.

---

### O RELATÓRIO

#### I. INTRODUÇÃO

Nos dias 30 e 31 de maio e no dia 1º de junho de 2015 participei, juntamente com o Deputado Zeca do PT e representantes do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Funai e do Conselho Indigenista Missionário, dentre outros, de diligência a acampamentos e terras indígenas Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar a real situação dos 45 mil Guarani-Kaiowá, que vivem naquela região.

A referida comitiva se reuniu com representantes de mais de 20 aldeias indígenas. Às autoridades, foram relatados os casos de indígenas assassinados por jagunços na região, ameaças de morte a lideranças, omissão das autoridades policiais civis e militares e do Poder Judiciário, e foram feitas reivindicações pela demarcação das terras e melhores condições para saúde, educação e segurança.

#### II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- a) **dia 30 de maio** – reunião de planejamento com a equipe do Ministério Público Federal, em Dourados/MS;
- b) **dia 31 de maio** – visitas às aldeias Guyraroká, Taquara e TeyJusu e reunião com lideranças locais;
- c) **dia 01º de junho** – visita à aldeia Guaiviry e reunião com lideranças locais.



**“Não temos terra nem para enterrar nossos familiares mortos pelos fazendeiros”, diz liderança indígena à comitiva da CDH no Mato Grosso do Sul**

Não há como contar a história do Brasil sem dedicar vários capítulos aos povos indígenas do nosso país. Entretanto, a narrativa construída, ao longo dos séculos, não permitiu que os indígenas fossem os autores da sua própria biografia, elaborada, justamente, por aqueles que os enxergam como comunidades pouco civilizadas e, mais recentemente, como obstáculos à ganância infinita do agronegócio.

Nos últimos 11 anos, mais da metade de assassinatos de indígenas no Brasil ocorreram no Mato Grosso do Sul. Diante do quadro de violência, as lideranças clamam por justiça. “Meu povo já tá cansado de esperar. Por que o assassino da nossa liderança não está na cadeia? questionou o cacique da Aldeia Potrero Guassu. Sobre a demarcação ele pediu o cumprimento da Constituição. “O homem branco fez a Constituição e não cumpre o que está escrito nela. Não fomos nós que escrevemos a Constituição”, cobrou.

Os pontos mais críticos de violência são nas áreas de retomada, locais que, originalmente, pertenciam aos indígenas, e de onde eles foram expulsos pelo governo brasileiro entre a década de 1940 e a década de 1970. Enquanto aguardam a demarcação de suas terras, os indígenas convivem com a violência e as intimidações dos fazendeiros da região. Em todo estado Mato Grosso do Sul existem 33 áreas de retomada.

Segundo os indígenas, a demarcação das terras seria a solução para o fim da violência e para que as comunidades pudessem viver em paz. Mas, os processos de demarcação são demorados, como no caso da TI Taquara, que desde a década de 1990 tenta retomar os 9.700 hectares que possuíam quando foram expulsos pelo antigo órgão do Governo Federal, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), durante os anos de 1950. O conflito pela retomada acabou com a morte do cacique Guarani-Kaiowá Marco Veron, em 2003. O crime teve como mandante um fazendeiro.

Situação semelhante ocorre na Aldeia Guyraroká, que espera pela demarcação há mais de 16 anos. Cacique Guyraroká, Papito Vilhalba conta que, além da violência, há também problemas no atendimento da saúde da comunidade. “Tudo foi devastado pelos fazendeiros, os rios estão contaminados pelo veneno, prejudicando nossa caça e alimentação. Pra piorar, nossa Aldeia só recebe a visita de um médico a cada 30 dias”, lamenta.



Diante das condições verificadas, tomaremos uma série de procedimentos, como:

- proposta à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle sobre convênios na área da saúde;
- denúncia à Polícia Federal para que investigue todos os casos de ameaça contra lideranças indígenas;
- encaminhamentos ao Supremo Tribunal Federal sobre liminar de Takwara e discussão no Tribunal sobre o marco temporal;
- solicitação ao Ministério da Educação sobre informações de escolas e/ou ausência de escolas nas áreas de retomadas;
- pedido de informações à Funai sobre cumprimento dos Grupos de Trabalhos que desenvolvem estudos sobre demarcação de terras indígenas.

### **Carta à Comissão**

Durante a missão no Mato Grosso do Sul, foi apresentada a Carta dos Conselheiros da Aty Guasu à Comissão de Direitos Humanos. No texto, estão detalhadas a falta de infraestrutura e as condições precárias em que vivem, e é feito um apelo ao Governo pelo cumprimento da demarcação.

### **Acompanhe trechos da Carta**

“Desde a invasão de nossos territórios, em 1500 temos enfrentado um desmonte permanente e contínuo de nossos territórios tradicionais. No Mato Grosso do Sul, para que o latifúndio pudesse prosperar, nos jogaram em Reservas apertadas, em reformatórios e campos de concentração indígena quando não mataram e destruíram povos e aldeias inteiras”.

“Com isso temos vivido aqui no Mato Grosso do Sul, um cerco permanente de violência. Nós lideranças somos caçados dia e noite e para lutar pelos nossos direitos temos, mesmo que nos mantendo vivos, desistir de nossas vidas. Não podemos ter acesso às cidades, ter tranquilidade, nem pensar em futuro com nossos filhos e família.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal **Paulo Pimenta**

O numero de Guarani e Kaiowa mortos pelos fazendeiros ou pelo Estado permite comparações com tempos de guerra”.

“Se o Governo cumprir a Constituição e demarcar nossos territórios tradicionais, resolverá a situação de massacre que estamos sofrendo, caso contrário só restará ao nosso povo a luta direta através de nossas retomadas e não recuaremos na luta pela nossa vida, mesmo sabendo que isso significa a morte de milhares de nosso povo”.

Brasília, 08 de junho de 2015.

**Paulo Pimenta**  
Deputado Federal PT-RS